



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIII

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024

Nº 77

SUMÁRIO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	876
TAQUIGRAFIA.....	881

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1000/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

AMARILDO JOSE ROCHA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, do Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 020

ATO Nº 999/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

JOSE TEIXEIRA DOS SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, do Gabinete do Deputado Affonso Candido, a contar de 30 de abril de 2024.
Porto Velho, 30 de abril de 2024.

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0200441

ATO Nº 1002/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARIA EDUARDA DANTAS DO NASCIMENTO, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0200699

ATO Nº 1003/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARIA ERINALDA DE SOUSA DIAS BRITO, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0200702

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisranieli Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



ATO Nº 1001/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MATHEUS HENRIQUE MATOS ROCHA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete I, código DAG-03, do Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Jean Mendonça, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0200592

ATO Nº 998/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MAURO BENICIO PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0200433

ATO Nº 997/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

VANUSA NOGUEIRA ROSSI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0200402

ATO DE DIÁRIA Nº 0201028/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Machadinho do Oeste/RO ao município de Ariquemes /RO, no período de 02/05/2024 a 03/05/2024, com a finalidade de participar e Representar a Deputada Estadual Cláudia de Jesus, em uma atividade da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia - FETAGRO, em Ariquemes, com representantes dos Sindicatos Rurais daquela Regional, conforme processo nº 100.045.000089/2024-18.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172359	Natalino da Silva Evangelista	Assessor Parlamentar	Gab. da Deputada Estadual Cláudia de Jesus

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0201028

ATO DE DIÁRIA Nº 0200543/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Machadinho do Oeste e Nova Mamoré/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de acompanhar o Deputado Estadual Ezequiel Neiva, bem como realizar sua segurança aproximada e a condução do veículo, para cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.048.000049/2024-46.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173834	Sinemar Luiz de Souza	Sec. Adjto de Seg. Institucional	Gabinete Sec. Adjto de Seg. Institucional

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200543

ATO DE DIÁRIA Nº 0200523/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município Cacoal/RO, no período de 04/05/2024 a 05/05/2024, com a finalidade de acompanhar e assessorar a Deputada Rosângela Donadon, realizando cobertura fotográfica durante deslocamento até o município de Cacoal em atenção ao cronograma de evento do torneio de Futebol Society, conforme processo nº 100.621.000023/2024-37.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173451	Jamille Batista Ferreira da Silva	Assessor Técnico	Gabinete da Deputada Rosângela Donadon

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200523

ATO DE DIÁRIA Nº 0200554/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Machadinho do Oeste e Nova Mamoré/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de Assessoria de Comunicação ao deputado estadual Ezequiel Neiva, na agenda de vistoria de recursos destinados por meio de emendas parlamentares, com o registro de fotos, vídeos e filmagens, para a divulgação das ações parlamentares no site oficial da Assembleia Legislativa, nos veículos de comunicação do Estado e nas redes sociais, conforme processo nº 100.048.000048/2024-00.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172264	Nilson Nascimento da Silva	Assessor Especial de Gabinete	Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200554

ATO DE DIÁRIA Nº 0200901/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Ji-Paraná/RO, no período de 30/04/2024 a 06/05/2024, com a finalidade de fazer reunião com a empresa vencedora da licitação das tendas; Análise geral do terreno disponibilizado para a montagem da tenda; Análise inicial dos pontos de alimentação de água e esgoto; Avaliação da necessidade do nivelamento do terreno; Ajustes finais de planejamento para o início da montagem, conforme processo nº 100.024.000029/2024-43.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175223	Jaime de Souza Lima	Assessor Especial	Superintendência de Processo Legislativo

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200901

ATO DE DIÁRIA Nº 0200760/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de fazer cobertura audiovisual da produção de material jornalístico da Rondônia Rural Show para exibição na TV Assembleia. Publicidade, transparência e divulgação das atividades parlamentares do estado de Rondônia, conforme processo nº 100.029.000114/2024-61.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173768	Alex Rocha Santos	Assessor de Direção	Divisão de Redes Sociais

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200760

ATO DE DIÁRIA Nº 0200771/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de produção de material jornalístico da Rondônia Rural Show para exibição na TV Assembleia, conforme processo nº 100.029.000114/2024-61.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
100021127	Eliete Marques Lima	Analista Legislativo	Sup. de Comunicação Social

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200771

ATO DE DIÁRIA Nº 0200783/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de cobertura fotográfica na produção de material jornalístico da Rondônia Rural Show para exibição na TV Assembleia. Publicidade, conforme processo nº 100.029.000114/2024-61.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173691	Antonio Lucas Caetano Melo	Assessor de Direção	Divisão de Publicidade e Propaganda

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200783

ATO DE DIÁRIA Nº 0200785/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de apresentadora na produção de material jornalístico da Rondônia Rural Show para exibição na TV Assembleia, conforme processo nº 100.029.000114/2024-61.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172920	Meiriane Silva Santos	Assessor de Direção	Departamento de Rádio e TV

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200785

ATO DE DIÁRIA Nº 0200798/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Cujubim e Machadinho do Oeste/RO, no período de 01/05/2024 a 04/05/2024, com a finalidade de conduzir veículo oficial para transportar os servidores, que irão produzir material jornalístico da Rondônia Rural Show para exibição na TV Assembleia, conforme processo nº 100.029.000114/2024-61.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173772	Alessandro Márcio Santos Domingues	Assessor de Direção	Depto de Almoxarifado e Patrimônio

Porto Velho, 30 de abril de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0200798

TAQUIGRAFIA

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 17.04.2024
INÍCIO: 19h03min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA
CONVIDADA: SRA. GISLAINE LEBRINHA
LOCAL: CUJUBIM

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, que tem como escopo o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 17 dias do mês de abril de 2024, no Ginásio Esportivo Municipal de Cujubim.

Quero aqui agradecer a presença dos deputados: Deputado Pedro Fernandes, que é o idealizador desta Audiência Pública. Parabéns, deputado, pelo ótimo trabalho e pela dedicação. Quero agradecer também a Deputada Drª Taíssa, focada também, parabéns pelo ótimo trabalho. Quero aqui agradecer, enaltecer nossa grande amiga, grande Deputada Gislaïne Lebrinha, está presente conosco nessa Comissão, nos apoiando.

Cumprimentar aqui, em nome do nosso querido Deputado Federal Lebrão. Obrigado, Lebrão, por sempre abrir as portas em Brasília e apoiar essa causa da Estação Ecológica Soldado da Borracha.

Agradecer aqui, em nome do Vereador Barata, agradecer a todos os vereadores, todas as demais autoridades presentes.

E neste momento peço ao Deputado Pedro Fernandes que faça a leitura da Ata da 6ª Reunião.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Presidente, peço dispensa da leitura da Ata, porque é bastante extensa e está no processo também. Qualquer um que precisar das informações pode pedir a cópia da Ata que vai estar

à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata. E dou a Ata como aprovada.

Quero aqui submeter à apreciação da Comissão Parlamentar de Inquérito algumas pessoas que foram convidadas para dar o depoimento nas oitivas. O senhor Paulo Sérgio Loose Benevitz, que é morador da Linha Castanha, Soldado da Borracha; senhor Jânio Lopes Souza, popular Zoca; o senhor Gustavo da Silva Silveira Neto; e também o senhor Marildo da Costa Reis.

Como votam os deputados?

Como vota a Deputada Lebrinha?

A SRA. DEPUTADA LEBRINHA – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota a Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – “Sim”, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ficam aprovados os nomes que acabaram de ser lidos para a oitiva de testemunhas.

Meus amigos, para vocês entenderem, essa oitiva de testemunhas será arrolada no processo da CPI quando for judicializado. Então, é a importância desses processos, e aqui na CPI, nós estamos tendo um cuidado muito grande de seguir ao “pé da letra” todos os detalhes, pois qualquer erro pode ser passível de uma anulação de todo o processo. Então, na CPI nós temos que ter esse cuidado. Então, às vezes eu peço um pouquinho da paciência de todos os presentes, que é algo às vezes moroso, mas se nós pularmos etapas pode prejudicar todo o andamento da CPI.

Agradecer a presença do Prefeito João Becker, já encerrando os trabalhos, vamos compor a Mesa. E a CPI também, é um instrumento que nós estamos usando para poder demonstrar ao Poder Público que essa área é uma área diferente do que é colocado na mídia. Essas áreas são de pessoas que estão há 20, 30 anos nesses locais. São áreas que muitas propriedades têm escritura, têm escritura pública, têm toda a documentação. E muitas pessoas falam em reserva, reserva, só se for reserva de café, reserva de pastagem, de lavoura, porque hoje, a área está antropizada.

Então, eu não vejo o porquê de não liberar essas áreas para o cultivo. Nosso Estado precisa muito do homem do campo. O que sustenta o nosso Estado são vocês. Nós não temos grandes indústrias, grandes fábricas. O dinheiro que circula no nosso Estado, a maior parte vem da agricultura familiar. Então, nós precisamos encontrar mecanismos de liberar essas terras para as pessoas poderem produzir; as pessoas poderem trabalhar em

paz. Tirar essa insegurança de: "Olha, vou investir, posso perder tudo que eu tenho". A pessoa tem que trabalhar em paz e dormir em paz. Esse é o nosso objetivo da CPI.

Gostaria de convidar os deputados para as falas da CPI, mas antes, porém, eu gostaria de passar a palavra para o Doutor Doca, para dar mais explicações do andamento da CPI, para que todos possam entender. Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Obrigado deputado. Boa noite a todos os presentes, senhores deputados, autoridades presentes. Muito boa noite.

Senhores, eu vou fazer um breve resumo do que é o ato que está sendo praticado nessa data de hoje. A CPI foi instaurada, uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, para investigar os procedimentos ou processo administrativo de cada Unidade de Conservação. Se eles atenderam os ritos legais, os dispositivos legais, se todo o processamento foi feito, se fizeram os estudos técnicos, reuniões, audiências, que a legislação exige.

Nós já sabemos que o Decreto de desapropriação das áreas com o instrumento de proposta de indenização, não veio para nenhum dos senhores. Isso aí é fato, mas esse evento nós vamos discutir na Audiência que sucederá a reunião da Comissão.

Hoje, aqui, está sendo praticado um ato processual, porque a Comissão é um Processo Parlamentar de Inquérito, mas com poderes de investigação de polícia. Na reunião anterior, o Deputado Pedro convidou a Comissão para participar dessa Audiência Pública e na oportunidade, o Deputado Pedro até sugeriu que fizéssemos também, conjuntamente, a reunião da CPI.

Naquele momento, eu achei que não seria plausível por conta de que aqui nós vamos expressar as nossas mágoas, e esse ato que está sendo praticado agora é um processo. É uma inquirição. Vamos ouvir o que interessa para o processo, o que será requisitado.

A pergunta é: esse ato processual que consta nos autos aqui foi praticado de fato aqui nessa localidade? Então, na oportunidade, eu opinei que não, mas depois nós vimos que tem muita dificuldade da reunião da agenda dos deputados. E a Comissão, para se reunir, ela precisa de um quórum para dar legalidade, sob pena do ato praticado ser nulo.

Portanto, nós revemos e acabamos de aprovar, agora, os deputados acabaram de aprovar a oitiva de três pessoas. Nós elencamos quatro, porque, como vamos ouvir apenas uma Unidade de Conservação, a depender do que se extrai das oitivas aqui, nós podemos ouvir mais um ou nos atermos a três, que é o que está estabelecido lá desde o início no processo quando se quando se propôs a oitiva de três pessoas por amostragem de cada área objeto da Unidade de Conservação.

Então, que os senhores compreendam o quê? O que se busca extrair daqui é se aqueles atos processuais, que dizem ter sido praticados para cumprir os dispositivos legais, realmente aconteceram de fato. Para que, em uma

possível acareação com os técnicos, nós vamos ouvir os técnicos que estão dizendo que vieram aqui, entrevistaram os senhores, fizeram todo o papel do estudo, de tudo aqui na Unidade de Conservação, o que não se observa dentro dos processos administrativos.

Então, esse ato será somente para que possamos instrumentalizar o processo legislativo. Aqui tem um elenco de questões e será feito pelos deputados que irão chamar as pessoas para as respectivas oitivas, ok? Compreendido a todos? Posteriormente, a gente vai acelerar esse processo e daremos início à Audiência Pública e aos seus debates.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu gostaria, nesse momento, de convidar a Deputada Taíssa, que além de deputada, é advogada, para fazer as perguntas necessárias. Com a palavra a Deputada Dr^a Taíssa.

Vou convidar aqui o primeiro convocado, o Senhor Paulo Sérgio Loose Benevitz. Senhor Paulo, pode ficar na tribuna. Esteja à vontade e muito obrigado pela sua participação.

Com a palavra, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, aproveitar para cumprimentar o pessoal que está nos acompanhando pela internet, e dizer, Senhor Paulo, né? Correto. Senhor Paulo, eu gostaria de saber: desde quando o senhor ocupa sua área, e se ela é utilizada como moradia, ou não?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Boa noite. Como já dito, sou Paulo Sérgio, e a área em que eu resido é usada como moradia pela minha família. Ela foi aberta desde o ano de 2005, antes mesmo do marco temporal.

Eu tenho toda uma cadeia de contratos e até ficha de IDARON (Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia) dessa época. Comprei essa área em 2015 e desde lá resido, trabalho e dependo da minha propriedade.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Além da situação dos contratos que o senhor citou, de compra e venda, o senhor chegou a ter algum Título, georreferenciamento, CAR (Cadastro Ambiental Rural) e outra documentação em relação à sua área?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Título, Escritura Pública registrada em cartório, tenho CAR, tenho o georreferenciamento também. Não sei se tem mais alguma outra, mas é isso, basicamente seria isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor sabe me dizer se o seu Título definitivo possui alguma resolução, alguma resolução de ser alternativa ou não, ou ela é de forma definitiva?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Ele é... Não, agora não vou saber te responder, mas é um Título de

propriedade.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Qual a atividade econômica que o senhor desenvolve na sua propriedade rural?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Hoje eu exerço duas atividades econômicas lá. Além do gado, eu tenho também uma horta na propriedade e faço escoação desses produtos para rede de mercados Irmão Gonçalves.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A propriedade que o senhor tem é essencial para o sustento da sua família?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Sem isso a gente passa fome. É simples, a resposta é só essa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, eu pergunto assim para gente deixar registrado.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Sim, sim, sim. Mas a resposta seria essa: sem o Soldado da Borracha, sem a propriedade que eu adquiri ali com a minha família e com muito suor, a gente passaria fome. A gente só depende dela para viver.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Alguma vez o senhor foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou alguém de algum órgão que foi lá falando que iria criar alguma reserva e avaliando, verificando o lote, verificando as pessoas que moravam, catalogando alguma coisa?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Não, nunca. Nunca nem vi.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sobre essa ida de algum técnico ou alguma coisa, o senhor não lembra se isso tudo que o senhor está me falando é antes de 2008 ou depois de 2008?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Desculpa, eu não entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Dezoito. 2018.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Tá. Eu não entendi o que você... se puder repetir...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Relacionado a algum técnico, alguém de alguma empresa, alguém relacionado à situação de querer criar alguma reserva no período antes de 2018, compareceu na sua propriedade ou não?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca, nunca apareceu ninguém lá.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor sabe me dizer se o senhor já chegou a conhecer uma senhora chamada Isadora Araújo Chagas, que é engenheira florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Dalita da Silva Rover, engenheiro florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca nem ouvi falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Darius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca ouvi falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também nunca ouvi falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ – Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Silvia Gonçalves?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para... em algum momento, não compareceu nem... qualquer pessoa que seja, se identificando, ou com o crachá, relatando que aquela localidade seria a estação ecológica, ou seria alguma criação de reserva enquanto o senhor está lá, desde a época em que o senhor está lá?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Eu só ouvi falar de estação ecológica em dois momentos da minha vida: quando eu peguei minha escritura registrada em cartório e fui tentar fazer uma Inscrição Estadual e não consegui; e pela televisão, quando me falaram, mas nunca ouvi falar de estação ecológica antes.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Esse período que o senhor foi lá

verificar essa situação que o senhor ouviu falar, foi em que ano?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Dessa vez que fizeram... que me negaram a Inscrição Estadual foi ano... final do ano passado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sem mais perguntas, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero agradecer ao senhor Paulo Sérgio. Muito obrigado.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Eu que agradeço.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fica à vontade.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Valeu.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria de convidar o senhor Janio Lopes Souza, que é o nosso amigo Zoca. Senhor Zoca, muito obrigado mais uma vez por estar participando e colaborando com Assembleia Legislativa. Convido a Deputada Dr^a Taíssa. Convido a Excelentíssima Senhora Deputada Gislaïne Lebrinha para proceder às perguntas.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA - Boa noite a todos. É uma satisfação estar aqui presente hoje nesta Audiência. Deputado Alex, te parabenizar pela condução dos trabalhos aqui na CPI.

Senhor Zoca, obrigada pela participação. Janio Lopes Souza. Eu vou fazer algumas perguntas para o senhor, para que a gente possa aqui registrar.

Desde quando o senhor ocupa a área, e se utiliza como moradia ou não?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Boa noite a todos. Boa noite ao pessoal.

Essa área eu adquiri em 2007. São mais de uma área que eu tenho ali, e eu, na verdade, diferente do Paulo e de outras pessoas, eu optei em fazer manejo florestal, porque na época era o que era permitido e o que a lei dizia que podia ser feito, na época que eu adquiri. E assim eu o fiz.

Então, desde 2005 que eu já estou no Soldado da Borracha. Tenho Escritura Pública registrada em cartório, documentação, tudo dentro da legalidade, dentro daquilo que a lei exige.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA - Obrigada. E o senhor disse que possui já Escritura Pública, não é? Então, o senhor possui Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não, pelo sistema SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), o CAR, o senhor também possui algum outro documento?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - O manejo exige toda essa documentação. Então, como o manejo foi construído, e

foi aprovado, eu tenho toda a documentação exigida.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA - Perfeito.

Atividade o senhor desenvolve? O senhor falou que é o manejo, não é? Alguma outra atividade o senhor desenvolve na área?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não, é o manejo florestal. Eu optei em fazer o manejo. Inclusive, é bom deixar registrado que eu tomei um baita de um prejuízo, porque eu construí o manejo e não pude explorar, porque virou reserva. E aí o meu dinheiro ficou empatado, o governo recebeu as taxas, recebeu tudo, e não me autoriza a exploração do manejo.

Então, é como se fosse, desculpe eu estar estendendo a situação, que é para ficar bem claro a situação, que eu fiz o que era necessário, o que a lei permitia à época, e com a criação da reserva o meu prejuízo é imenso.

O meu manejo tem 7 mil m³ de madeira que foi proibido de explorar, e que, hoje, a preço de mercado, vale um bom dinheiro.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA - O senhor foi entrevistado por algum técnico da Sedan, qualquer outra empresa na pretensão de o Estado criar alguma unidade de conservação naquela área? Caso tenha sido visitado por um técnico, sabe precisar o nome da empresa ou pessoa, antes dessa data de 2018?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Nunca fui procurado por ninguém, por nenhum órgão, por nenhum funcionário da Sedam, nem de outro órgão para ser entrevistado. E eu quero aqui, deputada, deixar registrado que a gente sabe que as pessoas que foram entrevistadas — e é importante, eu acredito, a CPI saber disso, se não estiver dentro dos autos —, que as pessoas que foram entrevistadas à época, quando foi feito o processo administrativo para a criação da reserva, elas não moram no Soldado da Borracha. Os moradores do Soldado da Borracha não foram entrevistados, nem foram procurados.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA - O senhor nesse tempo ficou sabendo de alguma informação confiável, se houve esse estudo na região? Se algum técnico passou fazendo esses estudos? Se permaneceram na região por algum tempo?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Nunca, nunca, nunca fui informado disso aí. E nunca fui convidado para Audiência, nem para nada nesse sentido. E eu deixei bem claro aí, que as pessoas que foram entrevistadas não moram dentro do Soldado da Borracha. São pessoas de outra localidade.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA - Deputado Pedro Fernandes, quer complementar?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Complementar aqui. Quanto à situação de optar pelo manejo, no seu

Título tem essa cláusula resolutiva que obriga a fazer o manejo ou não?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Deputado Pedro Fernandes, na verdade, antes da criação da reserva, a lei 2030, ou melhor: 230, que criou a o zoneamento socioeconômico e ecológico, dizia que aquela área ali era a área 2.1 e que só poderia fazer manejo. Então, por esse motivo, eu obedeci naquela época.

O Título definitivo tem escrito, nas costas dele, dentro das cláusulas resolutivas, “exploração agropecuária”. Está escrito no Título. No Título. E o Título tem outra coisa escrito nele, que talvez as pessoas não observaram, que ele tem valor de Escritura Pública.

Quando o Incra emitiu o Título para as pessoas, que são os antigos Soldados da Borracha, de quem nós adquirimos eles, está escrito no Título: “exploração agropecuária” e está escrito no Título que ele tem validade de Escritura Pública.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA – Vou conceder aparte, também, à Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito, satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Na verdade, só para esclarecer: o senhor falou que, na verdade, as pessoas que foram entrevistadas eram de outra área, não é? O senhor consegue definir de qual área eram essas pessoas que foram entrevistadas?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Quando começou essa situação desses debates, não os da CPI, eu estou falando do passado, quando a gente começou a criar situações, que nós fomos prejudicados. De que forma? Nós não fomos procurados, não houve nada para poder fazer a criação da reserva.

Então, a gente foi atrás de ver certas coisas, de que forma teria sido feito o processo administrativo. E nós conseguimos descobrir que algumas pessoas, das que foram entrevistadas, moram na Gleba Rio Preto e não dentro do Soldado da Borracha.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA – Perfeito. O senhor conhece alguma dessas pessoas que eu vou citar — conhece ou já viu na região, ou falou alguma coisa de alguns estudos: Isadora Araújo Chagas, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Dalita da Silva Rover, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Dárus Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Silvia Gonçalves, bióloga?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - O senhor já participou de alguma reunião, oficina, evento que indicaram com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que se estaria criando na área do Soldado da Borracha, e, quais as respectivas consequências dessas criações, tais como, o que poderia ou não ser praticado dentro e nos limites dessa unidade? O senhor já participou de alguma reunião nesse sentido?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Nunca fui convidado e nunca participei.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - O senhor se lembra ainda se foi tratado de alguma reunião ou oficina onde se cogitou, pelo menos, alguma relação e criação de uma estação ecológica nessa região em que o senhor reside?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Alguma consulta? Nada nesse sentido?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Não.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA – Obrigada. Presidente.

O SR. JANIO LOPES SOUZA – Eu que agradeço.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais alguma pergunta? Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Só para complementar, o seu manejo foi aprovado pela Sedam?

O SR. JANIO LOPES SOUZA – O manejo foi aprovado. Saiu a Autex (Autorização de Exploração Florestal). Aí, quando criou a reserva, ele foi bloqueado, porque disse que não pode passar dentro do Soldado da Borracha.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, senhor Zoca.

O Paulo Sérgio tem umas imagens, mas devido ao tempo escasso vamos, durante a audiência pública será transmitido, exibido.

Convido o senhor Gustavo da Silva Silveira Neto. Está presente? Passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes para proceder às perguntas. Muito obrigado ao senhor Gustavo da Silva. Fique à vontade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Gustavo da Silva, desde quando ocupa a área? E se utiliza como moradia ou não?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Bem, a área nossa foi comprada em 2015. Porém, ela tem abertura e uma Cadeia Dominial de documentação que nós temos dela desde 2002. Nós compramos ela e veio morar com família, criança, pai, mãe, e produzimos ali em cima, inclusive nós somos conhecidos ali como o “povo do abacaxi”.

Quando nós chegamos ali, nós plantamos 70 mil pés de abacaxi, na época. E nós vivemos do trabalho da pecuária, do gado leiteiro, do nosso suor ali naquela área. Desde 2015 nós moramos naquele lugar. Mas, a Cadeia Dominial de documentos que nós possuímos dela é desde 2002.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem. Qual documento que o senhor possui da área? Se é Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não? Se no sistema SIGEF, CAR, etc, qual o documento que o senhor tem lá da propriedade?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Nós temos ali Escritura Pública da nossa área, tem o CAR aprovado, nós temos ali georreferenciamento aprovado, aprovado pelo SIGEF, nossa propriedade; temos financiamento pelo Banco do Brasil, que não é pouco, em cima da nossa área. O banco aprovou toda a documentação nossa e passou, nossa área ali. Então, nós temos toda a cadeia de documento aprovada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito. Qual a atividade desenvolvida lá, que o senhor trabalha hoje?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Hoje é tan-

to na área de agricultura quanto na pecuária nós trabalhamos, a família, agricultura familiar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor já foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou qualquer outra empresa sobre a pretensão de o Estado criar uma unidade de conservação naquela área? Caso tenha o técnico visitado, sabe precisar o nome da empresa ou da pessoa?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Nunca vi nenhum técnico, nenhuma empresa lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Sabe ou possui informação confiável de quanto tempo esses técnicos que realizaram os ditos estudos? Se não teve, essa pergunta não tem fundamento. Beleza.

Conhece alguma dessas pessoas que eu vou citar aqui, já viu elas na região, na época da realização dos estudos: a senhora Isadora Araújo Chagas, engenheira florestal. O senhor já ouviu falar?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dalita da Silva Rover, engenheira florestal? Já viu?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dárius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas. Você já viu lá na área?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Não. Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Nunca viu? Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Márcio Antônio

Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Não também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E Sílvia Gonçalves, uma bióloga, você a viu por lá?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO – Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, Presidente, eu me dou por satisfeito às perguntas. Pode conduzir e dispensar o entrevistado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Quero agradecer aqui ao senhor Gustavo da Silva, nosso muito obrigado. Convocamos o senhor Marildo da Costa.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Boa noite, senhores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Marildo da Costa Reis, nosso muito obrigado.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pela presença.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Obrigado a toda a Mesa Diretora. Boa noite ao povo aqui presente. Boa noite a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado pela presença do senhor. Eu convido novamente aqui o nosso anfitrião. Esse grande deputado tem feito um trabalho maravilhoso. Uma pessoa que tem uma humildade do tamanho do mundo e vem abrindo muitas portas. Parabéns Deputado Pedro, obrigado por nos receber tão bem. Obrigado a população de Cujubim pelo carinho e por acreditar no nosso trabalho. Passo novamente a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero agradecer a presença na nossa reunião da CPI, do Deputado Lebrão - Deputado Federal -, uma pessoa importante aqui na nossa região. Marildo da Costa Reis.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu vou fazer alguns questionamentos, o senhor me responda conforme a verdade. Desde quando o senhor ocupa a área e se a utiliza como moradia, ou não?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Desde julho de 2014.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor mora lá?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS – Moro, desde essa data.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor mora lá desde essa data?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS – Moro, desde essa data.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Qual o documento o senhor possui da área? O senhor possui Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não pelo sistema SIGEF, o CAR e algum outro documento? O senhor pode nos falar?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Eu quero testificar para vocês que eu possuo a cadeia de documentos públicos da minha propriedade, que são duas, desde o Título definitivo de 1980 - eu não era nem nascido. Aí do Título, o primeiro possuidor, proprietário e Escritura Pública registrada em cartório.

O segundo, Escritura Pública registrada em cartório. Eu que sou o terceiro dono, de 2014, julho de 2014, Escritura Pública registrada em cartório; georreferencial; CAR, tudo que manda a lei, de um proprietário, possuidor de uma propriedade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Qual a atividade desenvolvida pelo senhor lá na área?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Pecuária de gado de corte.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor já foi entrevistado nesse tempo que o senhor mora lá, antes de 2018, no caso antes da criação, por algum técnico da Sedam, ou qualquer outra empresa, sobre a pretensão do Estado criar uma Unidade de Conservação naquela área? Caso tenha o técnico visitado, sabe precisar o nome da empresa ou da pessoa?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca fui entrevistado por ninguém. Eu vim ter conhecimento dessa situação do "Soldado da Borracha Estação Ecológica", agora em 2020.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem. Eu vou perguntar aqui de algumas pessoas que constam que estiveram lá fazendo o estudo e as entrevistas. E eu vou perguntar para o senhor, se o senhor viu essas pessoas lá, se o senhor ficou sabendo que elas estiveram por lá: a senhora Isadora Araújo Chagas, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dalita da Silva Rover, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dárius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço e nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Senhor Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço e nunca vi lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca Vi, nunca, não conheço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca encontrei, nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sílvia Gonçalves, bióloga?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço, nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, eu dou por encerrada a minha participação nas perguntas e o Presidente pode conduzir a reunião.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado ao Senhor Marildo da Costa Reis.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meus amigos, eu gostaria de fazer uma sugestão aos deputados, para nós já encerrarmos a reunião da CPI e todos nós usarmos a palavra durante a Audiência Pública.

Quero também enaltecer e agradecer a presença da Doutora Corina, que é irmã do nosso Deputado Pedro Fernandes; o Doutor Tássio, Advogado Eleitoral, que acompanha a Sessão também, e de todos os demais amigos presentes.

Sob a proteção de Deus, declaro neste momento, en-

cerrada a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 19 horas e 43 minutos)

15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 23.04.2024

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. PEDRO FERNANDES

SECRETÁRIO: SRA. GISLAINE LEBRINHA

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 15ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito à Senhora Secretária, Deputada Gislaïne Lebrinha que está hoje secretariando, que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) – Presidente, registra a minha presença, por favor, Deputada Ieda Chaves.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Registrar a presença da Deputada Ieda Chaves.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) – Boa tarde nobre Presidente, é uma alegria estar aqui secretariando a Sessão hoje. Cumprimentar os Deputados Delegado Camargo e Ismael Crispin. (Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior) Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) - Presidente Deputado Pedro, por favor, registra a presença Deputado Doutor Luis do Hospital.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Registrar a presença do Deputado Luis do Hospital.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações e nem nada a discutir, dou por aprovada a presente Ata.

Solicito a Secretária que proceda à leitura do Expediente recebido.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) - Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

Expediente Recebido

1 - Mensagem nº 65/2024 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 101/24 de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira que "Dispõe sobre

a proibição da participação de crianças e adolescentes em eventos, manifestações e movimentos cujo tema seja a sexualidade”.

2 - Mensagem nº 66/2024 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 3.690.931,40, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – Seduc”.

3 - Mensagem nº 67/2024 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 31.993.106,64, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – Seosp”.

4 - Ofícios nºs 1951, 1980, 2004, 2010, 2133/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1006, 918, 917, 873, 1027/2024 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

5 - Ofícios nºs 1965, 1967, 1994, 1996, 1998, 2012, 2037, 2076, 2083/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 944, 1012, 945, 1008, 943, 947, 1011, 1014, 1007/2024 de autoria da Senhora Deputada Dr^a Taíssa.

6 - Ofício nº 1955/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar nº 938/2024 de autoria da Senhora Deputada Cláudia de Jesus.

7 - Ofício nº 1995/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar nº 985/2024 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

8 - Ofício nº 2029/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar nº 954/2024 de autoria do Senhor Deputado Jean Mendonça.

9 - Ofício nº 2053/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar nº 925/2024 de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

10 - Ofício nº 2071/2024 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar nº 986/2024 de autoria da Senhora Deputada Ieda Chaves.

11 - Ofício 4842/2024 – Supremo Tribunal Federal, encaminhando decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.421 em face da Lei Complementar nº 1000/18.

12 - Ofício 4848/2024 – Supremo Tribunal Federal, encaminhando decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.422 em face da Lei Complementar nº 1000/18.

13 - Ofício 145/2024 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comunicando que a decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0804882-51.2021.8.22.0000, em face da Lei nº 4.644/2019 transitou em julgado.

14 - Ofício 146/2024 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comunicando que a decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0803758-96.2022.8.22.0000, em face da Lei nº 5.327/2022 transitou em julgado.

15 - Gabinete da Senhor Deputado Luís do Hospital, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia

17 de abril de 2024.

16 - Gabinete da Senhor Deputado Ismael Crispin, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 02 e 03 de abril de 2024.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigado, Deputada Lebrinha. Passemos agora às Breves Comunicações. O orador inscrito é o Deputado Ismael Crispin, pelo tempo que ele achar pertinente para as suas explicações.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Deputada Lebrinha secretariando, aqui presente no plenário da Casa; Deputada Ieda, Deputada Rosângela, Deputada Cláudia e Deputada Dr^a Taíssa – algumas que nos acompanham também pelo modo remoto.

Senhor Presidente, na semana passada nós estivemos – eu e alguns deputados -, presentes no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados em Brasília, e naquele momento, havia uma discussão sobre a questão das emancipações dos municípios.

É claro que esse tema nos traz algumas curiosidades. Nós estamos em um Estado da região Norte do país, um Estado extremamente jovem e que tem crescido de modo acelerado. Naturalmente, nós queremos que não seja dado ao Estado de Rondônia, por ser um Estado muito jovem, o mesmo tratamento dado a alguns Estados da federação que já atingiram maior idade.

E quando o tema é emancipação, esse é um tema que tem trago inclusive alguns conflitos no Estado de Rondônia dado à sua juventude. E por que conflitos, deputado? Porque a Emenda Constitucional 15 de 1996, de autoria do então Senador José Serra, inclui no mesmo bojo a questão do desmembramento, da fusão, da incorporação em que pese atribuir aos Estados, ou seja, à Assembleia Legislativa discutir sobre esse tema, legislar sobre esse tema.

Porém, tem uma ressalva. Qual é a ressalva? Para que a Assembleia Legislativa possa discutir sobre isso, é necessário que o Congresso Nacional regulamente através de Lei Complementar essa possibilidade, e aí consulta pública para que possamos avançar.

O que ocorre? O Congresso Nacional, na sua morosidade, é aí que me preocupa, e nós estamos trabalhando agora uma discussão através do colegiado e já vamos apresentar, inclusive, aos nossos pares da Comissão de Constituição e Justiça, aqui da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para sermos o primeiro a propor - porque as outras unidades da federação também propõem -, para que nós tenhamos condições de trazer para esta Casa algumas discussões que são importantes para nossa comunidade.

E esse tema me prende muito, até porque, veja, lá no meu município, São Miguel do Guaporé, nós temos uma região de conflito com o município de Seringueiras. E olha, os desenformados chegam a dizer que, por oca-

sião da emancipação do Município de Seringueiras e por ocasião da emancipação do Município de São Miguel do Guaporé, não foram realizados plebiscitos, não foram ouvidas as comunidades. O que não é verdade.

Agora, também é verdade que os tempos passaram e a tecnologia possibilitou às pessoas conseguirem identificar o local exato das divisas desses municípios. O que gera conflito, como é o caso de Alvorada D'Oeste, como é o caso de Castanheiras, de Nova Brasilândia, de Ariquemes com Montenegro e de tantos e tantos outros municípios aqui no Estado de Rondônia.

E aí, por que eu estou trazendo, Senhor Presidente, essa discussão? Justamente também pelo clamor que há, pela vontade de alguns distritos do Estado de Rondônia que cresceram, e cresceram muito como eu disse, de modo acelerado. Da vontade de se ter autonomia, ou seja, da vontade de serem emancipados politicamente. "Ah, mas a Assembleia Legislativa não pode fazer nada por esses distritos."

Ora, eu acabo entendendo que nós podemos, sim. É um momento e aí, claro, para os colegas que estão nos ouvindo, para aqueles que estão aqui e pelo Brasil afora, onde estiver situações semelhante à nossa, nós podemos fazer alguma coisa. Fazer o quê, deputado? Provocar o Congresso Nacional, em especial as nossas bancadas. Nós temos três Senadores. E é competência legislativa, inclusive do Senado, de iniciar esse tipo de discussão.

Então, nós podemos fazer essa discussão, porque é legítimo, é inaceitável, por exemplo, que um distrito como o de União de Bandeirantes, que é conhecido de todos nós, senhores. Pasmem os senhores, só em Rondônia, União do Bandeirantes é maior em população, de número de eleitores, do que 19 municípios. O distrito de União Bandeirantes, distrito da nossa capital Porto Velho, em número de eleitores, é maior do que 19 municípios.

E o que dizer de Extrema? E lá, eu tive a oportunidade de até ver algumas defesas em relação a Extrema, dado a sua distância da sede do seu município, que é Porto Velho. Mas, Extrema, em número de eleitores, é maior do que oito municípios em Rondônia.

Então, qual é a nossa alternativa? Qual é a nossa possibilidade? Se nós temos uma vedação constitucional, se o Artigo 18 e o parágrafo 4º da Constituição nos priva de alguma coisa, por outro lado ele não nos proíbe gritar. Ele não nos proíbe fazer uma articulação política, Deputado Delegado Lucas, para que essas coisas possam acontecer em Rondônia.

E aí, se nós temos um número tão grande de repente, de municípios emancipados com número de eleitores bem menores, é possível que esses outros distritos, que são maiores, que têm quantidade de eleitores maior, possam chegar a sua idade plena; possam, sim, se emancipar. Mas, para isso, o que importa, e penso que deve ser feito, pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em específico, é conversar com os nossos senadores.

E o Brasil vive esse momento, que é tão especial; esse momento de polarização, um momento de discussão ideológica, mas nós podemos discutir outros temas. Nós

podemos ir além. Porque se a gente consegue avançar em temas como esse, de verdade, nós estamos trabalhando pelo progresso e pelo desenvolvimento do Estado de Rondônia, dando liberdade às pessoas; fazendo com que o Estado, que tem crescido muito, cresça, no entanto, com autonomia.

E aí é chamar à responsabilidade. Porque, para esse tema, não interessa de que lado estamos. Não interessa se a ideologia é de esquerda, ou se é de direita ou se é de centro. Nós precisamos olhar para quem está vivendo aqui neste Estado.

E é lamentável. Quando a gente precisa fazer discussões como essa, porque, por mais que queira o prefeito da capital Porto Velho, ele não consegue atender a contento os moradores do distrito de Bandeirantes.

Por mais que queira o prefeito de Jarú, ele não consegue atender a contento os moradores do distrito de Tarilândia, Deputado Pedro.

Então, é possível a gente aproximar a administração pública dessas pessoas, que são contribuintes como qualquer outro; que pagam os seus impostos como quaisquer outros; que estão lutando para ter dias melhores como quaisquer outros. Eles precisam dessa defesa.

E aí fica aqui o nosso lançar de luzes ao Congresso Nacional e à bancada federal do Estado de Rondônia: os nossos oito deputados federais e os nossos três senadores. Que essa seja uma bandeira de quem tem mandato no Estado de Rondônia: cuidar dos rondonienses onde quer que esses estejam.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Parabenizar o Deputado Ismael Crispin, sempre muito preciso nas suas falas; e, realmente, é de grande importância rever a situação dos municípios.

A gente tem também ali no Município de Cujubim, do qual eu fui prefeito por dois mandatos, a divisa entre Porto Velho e o Município de Cujubim. Ninguém sabe quem é que cuida das estradas, quem busca os alunos; e, para Porto Velho, fica totalmente na contramão. Ele tem que entrar lá dentro do Município de Cujubim para dar a volta para o Município de Calama, aquela região da Gleba Rio Preto, ali, que é uma grande região do Município de Porto Velho, que, para ser atendido, tem que ser através de rios. E as estradas chegam através de outro município.

Então, realmente, Deputado Ismael Crispin, o senhor tem toda a razão nessa preocupação dessa demarcação dos territórios, que, muitas vezes, naquela época foram criados, mas com demarcação feita sem a tecnologia que temos hoje, com a precisão da localização dos moradores e do trabalho que deve ser feito.

Quero passar a palavra agora para o Deputado Delegado Lucas, pelo tempo que achar necessário.

Antes, registrar a presença aqui do Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Áudio via WhatsApp) – Re-

gistrar a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol, por favor, Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Por favor, registrar a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Presidente, Questão de Ordem. Poderia registrar a presença do Deputado Jean Mendonça?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Jean Mendonça, registrar a presença do Deputado, por favor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Presidente, registra a presença da Deputada Cláudia de Jesus, por favor?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Registrar a presença da Deputada Cláudia de Jesus. Deputado Delegado Lucas está com a palavra.

O SR. DELEGADO LUCAS – Obrigado, Senhor Presidente. Na oportunidade cumprimento a todos os pares presentes, seja de forma presencial ou de forma on-line. E a galeria. Membros aqui da sociedade rondoniense.

Eu quero iniciar essa fala parabenizando o discurso que me antecedeu, do nobre Deputado Ismael Crispin. Pude estar com Vossa Excelência em Brasília, na semana passada, no 1º Fórum Nacional Para Debater a Emancipação de Distritos no Brasil, pelo ponto de vista da municipalidade republicana.

Nós sabemos que o Estado de Rondônia tem muitas pautas nesse sentido, que devem avançar, as quais estão travadas pela forma como a legislação, hoje, atribui ao Congresso Nacional essa privatividade no que tange à criação, emancipação, fusão e, enfim, à criação de novos municípios.

Transformar distritos aqui em Rondônia, há mais de décadas, já é patente. Há necessidade de elevar para outro patamar — seja pelo coeficiente populacional, que dentro dos patamares rondonienses estão mais do que aceitáveis —, assim como, também, pela grande distância das cidades-sedes.

A gente dá um exemplo aqui — Jacinópolis —, que tem ali aproximadamente 8 mil habitantes, que, se juntar com o distrito de Nova Dimensão, por exemplo, já é mais do que justificado. Nós falamos aí que Extrema fica a 320 quilômetros da cidade-sede que é Porto Velho e já nos assustamos, mas Jacinópolis por mais de 10 anos esteve distante praticamente 700 quilômetros da sua cidade-sede. Porque, entre o distrito e a cidade-mãe, havia uma unidade de conservação que não era permitida atravessá-la. Somente com uma calamidade pública, no ano de 2014, que foram aquelas grandes enchentes do rio Madeira, que foi permitido pela Justiça abrir aquela estrada e então o distrito teve um acesso direto a sua cidade-sede, que é Nova Mamoré, encurtando o caminho, mas ainda ficando na casa dos 200 quilômetros praticamente.

Ainda muito longe, mas pense o cidadão daquela cidade tinha que se deslocar 640 quilômetros, aproximadamente, um servidor público e qualquer questão administrativa que tivesse que ser resolvida na prefeitura daquela cidade, que administra aquele distrito, um deslocamento desse incabível.

Então, parabéns Deputado Ismael Crispin, esta Casa com certeza é sensível a essas questões. E se Constituição Federal atribuísse à Assembleia Legislativa a possibilidade de delimitar essas questões dos municípios, o que não gera grande impacto financeiro para a União, porque o bolo continuará o mesmo só será repartido de uma forma mais justa. Então, o repasse que vem da União para o município só vai conseguir chegar melhor para o distrito, porque a parte do distrito será definitivamente entregue para ele, através de um município novo que seria criado.

Nós sabemos que existem alguns argumentos que precisam ser vencidos e por isso o debate é muito oportuno, principalmente de que há uma máxima no Brasil de que criação de novos municípios seria apenas para cabide de empregos, para criação novas prefeituras, de novos cargos de vereadores, de secretarias e etc.

Mas, nós sabemos que na verdade existem casos que isso é urgente. É uma questão até de política pública poder atender melhor àquela população que está necessitando. Então, fica aqui os parabéns ao Deputado Ismael Crispin, que muito bem representou esta Casa aqui em seu discurso. Fazemos coro à sua fala.

E já que eu mencionei Jacinópolis, que há uma unidade de conservação entre Jacinópolis e Nova Mamoré, eu quero puxar esse gancho para parabenizar aqui também o Deputado Pedro Fernandes. Dia 17 da semana passada, 17 de abril, organizou uma grande Audiência Pública, na casa de mil pessoas que participaram, a população prestigiou em peso.

Pude acompanhar pelas redes sociais e parabenizo Deputado Pedro, o senhor como relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) por ter levado o dia da Audiência da CPI em que se discutia a sobre a Estação Ecológica Soldado da Borracha, justamente para perto daqueles que são os mais afetados, que é aquela população ali que mora em torno de Cujubim, na zona rural e que precisa desta Casa uma posição.

Nós esperamos que a CPI continue seguindo o seu ritmo muito frutífero, profícuo e proveitoso. E eu tenho certeza que a população está muito bem representada pelo senhor, principalmente aqueles que estão no Soldado da Borracha.

E que a Audiência Pública foi um sucesso porque nós pudemos ali, uma vez mais, dar um grito, como aqui parafraseando o Deputado Ismael Crispin, da nossa indignação com essa Estação Ecológica que foi criada em 2018, dentro de uma área em que cidadãos ali tinham há 30, 40 anos já um Título definitivo.

Então, a CPI é um alento, que visa ao final demonstrar todas as legalidades que estão aí demonstradas no processo, ou até na falta do processo, da criação desses decretos que criou essas reservas e essas entidade

ecológicas, estações ecológicas e demais capitulações jurídicas.

Então, parabéns Deputado Pedro por ter tomado essa iniciativa, por ter levado essa Audiência Pública para lá, por ter feito a reunião da CPI lá. E fica aqui o meu pedido de desculpas por não ter podido estar presencialmente, posto que estava em Brasília, como falei agora há pouco, na nossa reunião da emancipação dos distritos e também defendendo outras pautas que são inerentes aqui a nossa atuação como Presidente da Comissão de Direitos do Consumidor, como membro do Parlamento Amazônico e como membro do Fórum Permanente dos Colegiados de Comissões de Constituição e Justiça.

E por fim, encaminhando para o final aqui da nossa fala, eu tenho duas demandas a trazer e levar aqui ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha e ao seu primeiro escalão. Primeiro, no que tange à saúde. Nós temos uma preocupação muito grande, pois temos três hospitais regionais fora do eixo da BR. Um em Extrema, um em Buritis e um em São Francisco do Guaporé.

O de Buritis está no mesmo patamar de atendimento de São Francisco. No ano de 2023, fizemos o mesmo número praticamente de procedimentos cirúrgicos e enfim, de atendimentos. Nós temos um hospital de grande porte, Buritis já é uma cidade polo dali da sua região, do seu entorno.

Nós temos três, quatro vezes mais atendimentos que o de Extrema, que é um hospital que também merece a sua, tem o seu fundamento de permanecer, a sua necessidade, já foi referência no Estado de Rondônia. Mas, desses três hospitais apenas o de Buritis está com o contrato com a empresa de anestesia revogado. Não temos mais anestesistas em Buritis já há 45 dias, encaminhando para 60 dias. Extrema está funcionando todo o processo de anestesia. E também em São Francisco do Guaporé.

Agora, Buritis não está podendo fazer nenhum procedimento simples porque há seis meses foi aberto, há pouco mais de seis meses, um processo emergencial para contratação de uma empresa de anestesistas, venceu esse processo. Nós tínhamos um médico lá que era autorizado a fazer as anestésias, com a contratação dessa empresa esse médico teve seu contrato revogado, foi exonerado.

Não tem mais anestesista na cidade, a empresa faria e agora a empresa não foi renovado, a Sesau, o Secretário Jefferson Rocha está correndo para tentar contratar de forma emergencial novamente e nos surpreende um parecer, no processo de contratação dessa empresa de anestesia, dizendo que o processo é ilícito, recomendando o próprio Estado de que a Sesau faça um processo sem seguir o trâmite emergencial.

Mas, nós sabemos que a saúde é para ontem. A saúde não pode esperar. Tudo bem que é necessário fazer um processo de licitação conforme todos os trâmites, mas enquanto não é feito esse processo deve ser autorizado que a Secretaria de Saúde faça uma contratação emergencial, porque as pessoas estão morrendo por falta de anestesia, indo para a estrada e os médicos cirurgiões

querem fazer os procedimentos na nossa cidade. Nós estamos destinando recursos. A saúde está sendo atendida. Estamos no meio de uma reforma lá para melhorar as estruturas e condições, adquirindo equipamentos, mas se o governo não conseguir resolver essa pendência de contratação dos anestesistas para Buritis, nós teremos aí tragédias em breve.

Eu estive reunido ontem com o Secretário de Saúde Jefferson Rocha, presencialmente, e ele garantiu da sua luta, do seu empenho de fazer com que esse processo avance. Então, nós confiamos que o Governador Coronel Marcos Rocha e o Coronel Jefferson, da Secretaria de Saúde, conseguirão apresentar uma solução em breve para que nós possamos vir aqui em plenário dizer que o problema da saúde de Buritis, do Hospital Regional, está resolvido e que nós temos anestesistas novamente.

Inclusive foi sugerido que se permita novamente, como já aconteceu anteriormente, que os médicos próprios que estão contratados lá sejam contratados como anestesistas enquanto não se resolve essa questão da empresa, porque existem médicos lá aptos para trabalhar como anestesistas, como já fizeram. E antigamente funcionava sem nenhum problema, isso conforme autorização do Cremero (Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia).

E por fim fica o nosso apelo à Sefin. Nós já tivemos várias reuniões com a Sefin, o Secretário Luís Fernando nos atendeu, foi muito cortês no atendimento, mas não deu uma resolução à pendência da nota do produtor do distrito de Rio Pardo.

Rio Pardo, graças a uma ação excepcional do Governo do Estado, hoje tem a sua APA (Área de Proteção Ambiental) regularizada. As atividades econômicas que podem ser desempenhadas na APA estão funcionando perfeitamente, conforme uma portaria da Sedam. Só que com essa regulamentação, criou um entrave entre as duas Secretarias. E o produtor rural de Rio Pardo hoje tem que ir na Sefin para depois ir na Sedam, para depois ir na Sefin de novo; e acaba em um procedimento, tendo que provar que está dentro de uma área regularizada, que o próprio Estado regularizou, e não consegue vencer essa burocracia, acaba sendo prejudicado e não consegue a nota do produtor.

Basta uma pequena adequação de norma, já levamos uma minuta da supressão do texto, da alteração que deve ser feita. O Secretário de Finanças manifestou-se positivamente. O Secretário da Sedam também concordou, anuiu, mas falta que isso se materialize. Nós precisamos, já estamos o ano inteiro aguardando essa movimentação e fazemos um apelo aqui, trazendo as vozes do povo do Rio Pardo, do produtor rural, que durante muitos anos sofreu com a falta de regularização e hoje, superada essa questão da APA, precisamos apenas vencer esse entrave para que a prosperidade volte a reinar e o produtor de Rio Pardo possa ter mais dignidade ainda. Confiamos que o Governador Coronel Marcos Rocha e a sua equipe do governo estão sensíveis a esse problema. Em breve estaremos aqui voltando ao plenário também para dizer que a nota do produtor está sendo atendida e

está saindo o quanto antes. Fica o nosso agradecimento. Mais uma vez parabéns, Deputado Pedro, pelo seu compromisso, pelo seu empenho com a população do Soldado da Borracha. Conte conosco e com essa Assembleia. Um grande abraço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Bem, Deputado Delegado Lucas, parabéns por sua fala. Foram pautas pertinentes e que realmente precisam de uma atenção especial.

A questão dos anestesistas realmente precisa fazer o processo. Se é emergencial, porque as pessoas não podem esperar. Nós não podemos deixar que as pessoas morram lá não podendo fazer uma cirurgia por causa da falta de anestesista e pela burocracia de um parecer técnico falando que não pode fazer um emergencial, já que não tem esse médico disponível no quadro do Estado.

Então, realmente, é uma necessidade urgente. E parabenizar pelos investimentos que tem feito lá no hospital. Eu também mandei emenda minha para o mobiliário, indicação minha para complementar a emenda de Vossa Excelência, para concluir lá, que fizeram o primeiro projeto para reforma, mas faltou a parte elétrica nas outras partes da reforma. E eu fui junto ao Secretário, junto com o Deputado Delegado Lucas, porque é uma preocupação a área da saúde. Precisa realmente do investimento e o Estado está fazendo esse investimento de quase R\$ 1 milhão e 300 mil; R\$ 750 mil a emenda do Deputado Delegado Lucas e o restante do Governo do Estado que está ampliando e reformando aquela unidade. Parabéns, deputado.

Quero aqui também dizer que a presença do senhor realmente fez falta naquela Audiência Pública, pois é um dos deputados que têm defendido essa pauta junto conosco — não é, Deputada Gislaïne Lebrinha? —, mas a Audiência foi um sucesso, o nome do senhor foi citado lá por várias vezes.

Quero aqui também lembrar do Deputado Alex Redano, que foi o nosso Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que também fizemos lá a reunião da CPI das 11 reservas, na qual a gente tratou de ouvir in loco as pessoas que moram ali. Realmente, apresentaram documentos, apresentaram que moravam ali; pessoas que fizeram o procedimento do processo, e realmente a gente observou que eles nunca estiveram na área. Então, a CPI avança e demonstra a cada dia que a gente ouve as pessoas, que a gente faz as audiências públicas, que a gente faz as oitivas, ouvindo as pessoas, a gente vê que realmente tem mais embasamento nesse procedimento. Então, vamos tratando a CPI com muita seriedade para que ela não perca o seu efeito, para que no final a gente possa fazer um relatório em que a gente vai apontar, realmente, os caminhos que devem seguir para que a gente possa ter um resultado positivo, não é, Deputada Lebrinha?

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA (Secretária ad hoc) – Inclusive, quero aproveitar aqui também esse momento, Presidente Deputado Pedro, te parabenizar pela iniciati-

va da Audiência Pública, onde estivemos presentes também, eu e o Deputado Federal Lebrão, que também luta por essa causa; Deputado Lucas, há bastante tempo; Deputada Dr^a Taíssa também estava presente, e lá onde foi observado pelos os moradores da região que moram há décadas, inclusive, com documentos que comprovam, não só os Títulos, mas também, a movimentação de gado, as cartas-imagem dos pastos.

E a gente fica, na verdade, muito solidária a essa situação de você ver famílias que investiram a sua vida toda, Deputado Rodrigo, lá naquela região, e hoje, estão se vendo com essa insegurança dentro do campo. Não dormem em paz, e a gente pôde comprovar isso durante essa Audiência Pública.

Te parabenizar, Deputado Pedro, e também o Presidente da CPI, Deputado Alex Redano, que estiveram lá onde tive a oportunidade de fazer parte dessa oitiva, com os nossos moradores. E a gente também fica solidária a toda essa questão e pede também, ao nosso Governo do Estado que possa estar olhando. Foram criadas as reservas, foram 11, mas temos que considerar que algumas delas, são áreas que estão já ocupadas há muito tempo, muito antes disso, inclusive, com documentação que comprova isso, já expedida.

Também, me mostrar solidária a essa questão do hospital lá de Buritis, Deputado Lucas, nós passamos por uma situação muito semelhante no Hospital Regional de São Francisco do Guaporé, não pela falta de anestesista. Lá nós temos anestesistas, mas não temos os cirurgiões, não temos especialistas e nem obstetras. Então, até os partos, no Município de São Francisco do Guaporé, não estão podendo acontecer pela falta de especialistas, justamente pela dificuldade que nós temos em contratação de médicos, hoje no Estado de Rondônia, nos hospitais de difícil acesso, vamos dizer assim, de regiões mais longes dos grandes centros, que é o caso de Extrema, de Buritis e de São Francisco. Nesses locais, os médicos, pelos salários que são baixos, não vão.

Mesmo que o Governo do Estado, nosso Secretário de Saúde Coronel Jefferson tem aberto os processos seletivos várias vezes, e na verdade, não há inscritos no processo seletivo, porque os médicos não querem participar dos processos seletivos por conta dos baixos salários dessa região, onde ele perde deslocamento indo para São Francisco - mais de três horas, geralmente eles moram na região da 364 -, e eles gastam três horas para ir, três horas para voltar, e aí o valor do plantão quase não cobra essas despesas, esse tempo que ele perde para ir até a Unidade.

A gente vem pedindo a sensibilidade do Governo do Estado já há bastante tempo, para que a gente possa rever esses salários dos médicos desses municípios em que o hospital fica fora do eixo da 364, já há bastante tempo, mas ainda não conseguimos o êxito. Tentamos agora com nosso Secretário de Saúde, Coronel Jefferson, para que a gente possa fazer uma contratação também, através de uma extensão dos hospitais de Cacoal, lá para o Município de São Francisco para contratar esses médi-

cos especialistas, Presidente Deputado Pedro, para que a gente não fique sem esses atendimentos.

E a população, às vezes, não entende essa luta que a gente vem fazendo diariamente para buscar, inclusive, coloquei o recurso, uma emenda de bancada da Deputada Lebrinha, na saúde, na Sesau para que possa ajudá-la a auxiliar na contratação desses médicos especialistas. Que possamos voltar ao atendimento do hospital de São Francisco - que já fez muito atendimento -, e hoje, sofre com essa dificuldade de médicos que não querem mais ficar nessa região, pelos salários serem mais atrativos nas outras regiões do Estado de Rondônia.

Então, conte com a gente, deputado, no que for necessário, nessa causa também do hospital de Buritis.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Apenas eu acompanhava aqui o discurso dos colegas parlamentares, e não posso ficar silente vendo a preocupação do Deputado Lucas Torres com a saúde do Município de Buritis.

Queria aproveitar esta oportunidade, inclusive, para esclarecer à população que a saúde é de responsabilidade tripartite. É responsabilidade da União, do Estado e também dos municípios.

Eu gostaria de em especial, agradecer ao Prefeito Roni Irmãozinho, que quando estive na cidade de Buritis, me passou que recentemente, Deputado Lucas, está sendo inaugurado lá o novo Centro de Especialidades Médicas, e também, o novo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), e faltava a mobília para esses dois centros. Então, destinei uma emenda para lá, de R\$ 1 milhão para o Município de Buritis, reforçando seu compromisso com a saúde do município, da população de Buritis.

Também, no ano passado, nós destinamos uma emenda de R\$ 80.000,00, vejam só: a população que ia até os postos de saúde, pegava uma requisição médica para fazer alguns exames e ia até o local para fazer exame laboratorial, ali tinha disponível apenas 47 exames laboratoriais. Com a destinação dessa emenda de nossa autoria, foi possível que a população de Buritis tivesse acesso a mais de 470 exames laboratoriais.

E por que isso? Porque agora é possível que o município fosse lá e adquirisse da rede privada esses exames. Então, proporcionando que outros tantos diagnósticos fossem concluídos.

Nós sabemos que os médicos precisam de alguns exames laboratoriais para fechar o diagnóstico. Então, apenas reforço aqui e endosso a preocupação do Deputado Lucas Torres com o sistema de saúde, em especial do Vale do Jamari, que é abrangido pela população de Cujubim, de Vossa Excelência, e Buritis, Ariquemes.

Fico feliz, de certa forma, de poder destinar aí já mais de R\$ 1 milhão 150 mil reforçando a saúde Município de Buritis. Muito obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Posso?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Com a palavra, Deputado Lucas Torres.

O SR. DELEGADO LUCAS - Parabenizar o Deputado Rodrigo Camargo, pela preocupação com a saúde de Buritis, pelos investimentos. Com certeza, a população agradece.

Aproveitar a oportunidade, aparentemente o Prefeito Roni Irmãozinho desconhece o endereço do nosso gabinete. Nós também estamos à disposição, prefeito, para ajudar se houver alguma necessidade. Quando ele estiver por aqui pela Assembleia, se alguém puder indicar, eu acho que ele não sabe onde fica nosso gabinete.

Nós temos toda a intenção de ajudar, também, o Município de Buritis com emendas para saúde. Fica aí a oportunidade, prefeito, caso esteja precisando. A gente pode reforçar com o Deputado Rodrigo Camargo, com o Deputado Pedro Fernandes que é da região, todos os deputados aqui são sensíveis às demandas da saúde. Nós temos toda a intenção de ajudar nossa população. Mas, o pedido da prefeitura tem que chegar, não é?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Muito bem, Deputado Lucas Torres, Deputado Rodrigo Camargo, Deputada Gislaíne Lebrinha.

Quero aqui registrar a presença do Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ (Áudio via WhatsApp) - Presidente, Deputado Marcelo Cruz, registra a minha presença, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Por favor, registre a presença.

A gente sabe que a saúde depende de todos nós e temos que trabalhar pela saúde do Estado de Rondônia. A questão da contratação de médicos é uma questão muito difícil de ser resolvida, mas também temos que trabalhar a questão da terceirização. Pois os médicos no Estado de Rondônia, a maioria dos profissionais que estão se formando aqui, quando vão fazer especialização ficam fora do Estado.

Nós formamos muitos médicos no nosso Estado, mas nós não somos atrativos, Deputado Lucas Torres, para que esses médicos possam exercer as suas profissões dentro do Estado de Rondônia.

Uma das saídas é também a terceirização. Os órgãos de controle, o Tribunal de Contas e outros órgãos vão ter que olhar com outros olhos a terceirização na questão da saúde. Porque o povo não pode esperar. Aprovamos vários milhões de Reais aqui nessa Casa, quase R\$ 300 milhões ano passado para fazer esse investimento.

E muitas vezes o nosso Secretário Jefferson tem se esforçado, tem trabalhado diuturnamente para avançar, mas os investimentos estão parando na burocracia, na hora das contratações. Nós vamos ter que fazer uma força-tarefa para que destrave a burocracia e esse aten-

dimento chegue à população.

Hoje, nós temos filas de exames de imagem muito grandes, Deputada Gislaíne Lebrinha. O Município de Buritis mesmo, Deputado Lucas Torres, são mil e poucas pessoas na regulação para exames de imagem. Muita gente está aí há um ano, dois anos, três anos esperando um exame para que tenha um diagnóstico e não está conseguindo.

Então, nós temos que fazer um mutirão. Temos que achar uma forma da saúde destravar e dar uma liberada, pelo menos nessa demanda reprimida que nós temos. E eu acredito que vai ter que ter uma união de todos os Poderes do Estado de Rondônia nesse sentido.

Que é o mesmo quando a gente fala da questão ambiental no Estado. A gente vai ter que reunir e criar um conselho de Poderes no Estado, para que possa destravar o Estado de Rondônia. Eu participo aqui da Câmara Setorial da Carne e o debate lá - o Deputado Luís do Hospital também está lá junto e alguns outros deputados -, a gente vê que a preocupação dos produtores de carne no Estado de Rondônia é muito grande.

Nós temos aí em 2025 uma promessa do rastreamento. Mas, a regularização fundiária não anda. Nós não temos perna para trabalhar os desembargos, porque tem muitas propriedades que estão em região legalizada, com tudo ok, mas tem os embargos, que precisam de mão de obra para poder fazer esse trabalho. Então, a parte do Estado, nós não estamos conseguindo avançar com a legislação que vem apertando o produtor no Estado de Rondônia. Nós precisamos tomar algumas providências. A questão também da isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do gado em pé para sair do Estado. Hoje, o problema do preço do gado, Deputado Lucas, está atrelado muito à quantidade de gado que tem no Estado de Rondônia. Nós estamos com excesso de animais dentro do Estado, por isso que o preço não consegue acompanhar os preços do Sul e Sudeste do país. Então, há grande demanda de bovinos dentro do Estado.

Nós tentamos por duas vezes passar no Conselho Fazendário para poder reduzir o valor do ICMS do gado em pé, para sair do Estado de Rondônia. E o Estado de Goiás e o Estado de Mato Grosso, Tocantins...? Goiás e Mato Grosso foram contra. Então, nós não podemos ter nenhuma das 27 unidades da federação contra o Confaz, lá, na hora de passar essa autorização para o Estado de Rondônia conceder essa redução no ICMS, para que a gente possa vender o bezerro, vender a produção dentro do Estado.

Então, está acumulando muito gado e a gente pede aqui ao nosso Governador, Coronel Marcos Rocha, que ele faça uma tratativa com os governadores desses Estados, — ele, pessoalmente —, para a gente tentar ver se consegue essa autorização para reduzir esse ICMS e a gente poder escoar o nosso excesso de gado que está no Estado de Rondônia.

Hoje não é atrativo para os compradores de outros Estados comprarem no Estado de Rondônia por questão da nossa alíquota do ICMS do gado em pé para sair do

Estado.

Então, vamos continuar os nossos trabalhos.

Encerradas as Breves Comunicações, passaremos agora ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrando o Grande Expediente, passamos à Ordem do Dia. Vou suspender a Sessão por dez minutos para a gente deliberar sobre a pauta e os projetos a serem votados.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Presidente, só para confirmar, está registrada a minha presença?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Está registrado aqui, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Estou chegando aí. Obrigada.

(Suspende-se esta Sessão às 16 horas e 20 minutos e reabre-se às 16 horas e 44 minutos)

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Vamos retomar os trabalhos da Sessão. Convido a Secretária, Deputada Gislaíne Lebrinha, que proceda a leitura das Proposições recebidas.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações referentes à disponibilização de uma comissão ou coletiva responsável pelo diálogo e atendimento das demandas do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia - SINDSAÚDE.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações detalhadas referentes à existência de divergências na Minuta apresentada ao Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Rondônia - SINDSAÚDE, referente à alteração da Lei 5.243/2021.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações detalhadas referente ao atraso na entrega da Minuta de alteração da Lei nº 5.243/2021, ao Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia - SINDSAÚDE.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, o cronograma do processo seletivo para a contratação de médicos cardiologistas em Cacoal/RO, bem como o acesso ao processo do SEI nº 0036.009844/2024-94, citado no Ofício nº 13965/2024/SESAU-ASTEC.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria

de Estado da Saúde - SESAU, informações pertinentes à previsão da abertura de um novo Centro de Diagnóstico por Imagem - CDI, em Porto Velho/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações sobre o equipamento de Raio-X, do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, Porto Velho/RO: o ano de fabricação do equipamento de raio-X e as condições atuais do mesmo.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretária de Estado de Educação - SEDUC, informações acerca das tratativas adotadas para a regulamentação da Lei Federal nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, reiterando o teor da Indicação nº 320/2023.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências acerca da efetiva aplicação da Lei nº 4.993/2021.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretária de Estado da Educação - SEDUC, informações e providências quanto à homologação do Plano de Ação para implantação do programa de capacitação permanente destinado aos cuidadores e demais profissionais atuantes na Educação Especial.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado de Finanças do Estado de Rondônia - SEFIN, informações e providências quanto à realização de um estudo de impacto orçamentário-financeiro visando a concessão de isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para veículos elétricos e híbridos no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a efetivação de outorga de Voto de Louvor à Empresa Energisa - Rondônia, a ser realizada no dia 06 de maio de 2024 às 10:00 horas no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme art. 146, IX, c/c art. 172, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e à Coordenadoria de Educação Física, Artes, Cultura e Esporte Escolar - CEFACEE, informações sobre os motivos que levaram a exclusão da modalidade de Futebol de Campo dos Jogos Escolares de Rondônia - JOER.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS, informações e providências quanto à execução do programa de habitação social.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA.

Requer ao Poder Executivo, solicitação de informações acerca dos convênios firmados entre o Governo do Estado de Rondônia com o Município de Pimenta Bueno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Medalhas e Votos de Louvor, para os Policiais Militares do Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 10 de junho de 2024, às 15:00 horas no Plenário das Deliberações desta Casa de Leis.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Administrador de Empresas Luís Claudio Macedo, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor José Rodrigues do Prado, nos termos do artigo 167 do Regimento Interno desta Casa de Leis, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Paulo Luciano Bastos Botelho, aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor João Altair Caetano dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Estabelece a obrigatoriedade de academias, estabelecimentos prestadores de atividades físicas e afins a adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher em situação de risco, assédio e/ou importunação sexual em suas dependências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para outorga de Votos de Louvor às mulheres em destaque no município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer a aprovação de Voto de Repúdio ao Senhor Wellington Lousado Pereira, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, vereador do município de Guaiçara, no Estado de São Paulo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, o envio de informações sobre o quantitativo exato e atualizado dos estabelecimentos prisionais e centros de socioeducação existentes no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Cezar Augusto Peixoto de Lima, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO

LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Marcio Lourenço da Conceição, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Charles Gomes Siqueira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. José Geraldo Vieira Lima de Melo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Evandro Raimundo Bento de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilma. Sra. Rosangela Ferreira Anez Alcantara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Gustavo Ari Saar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Victor Paulo Rodrigues de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. João Alberto Albergaria Filho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Leoma Gonçalves da Costa, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Roberto Bassi Sassamoto, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Evaldo de Brito Rodrigues, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, e concessão de Voto de Louvor para os Profissionais de Contabilidade, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS

E DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer a aprovação de Voto de Louvor aos colaboradores da empresa Amatur abaixo discriminados.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à empresa Amatur em razão dos serviços essenciais de transporte e fretamento prestados no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor em homenagem aos 10 anos da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia — UNICAFES Rondônia, pelos relevantes serviços prestados em defesa dos interesses dos segmentos do cooperativismo solidário, a ser entregue durante a Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor em Homenagem à Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia — FE-TAGRO, pelos relevantes serviços prestados em defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a ser entregue no mês de maio de 2024, durante a Rondônia Rural Show.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora a alteração do local para realização da Sessão Solene no dia 06 de maio de 2024, aprovada sob Requerimento 1056/2024, para ser realizado no Auditório "Deputado Amizael Gomes da Silva", das 14h às 17h, na oportunidade serão entregues homenagens aos profissionais da Taquigrafia em comemoração aos 201 anos da Taquigrafia Parlamentar do Brasil.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor em alusão à Instituição do Dia da Taquigrafia Parlamentar Brasileira aos profissionais da taquigrafia que desenvolvem suas atividades nesta Casa de Leis, no Tribunal de Justiça do Estado e em outras instituições do Estado de Rondônia, conforme especifica.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde — SESAU/RO, informações e providências referentes à presença de especialistas de Tradutor/a de Libras nas unidades de saúde do Estado para facilitar os atendimentos médicos, bem como a comunicação entre os pacientes surdos e os profissionais de saúde.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, Voto de Louvor à coordenação da Marcha das Margaridas Rondônia, pelo relevante trabalho em defesa de políticas para mulheres rurais, camponesas, urbanas, da floresta e das águas em Rondônia, a ser entregue durante a Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, em 2024.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS E DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 17 de junho de 2024, segunda-feira, às 15h, no Plenário desta Casa de Leis para homenagear a empresa Amatur e seus colaboradores.

Lidas as Proposições, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Solicito à Senhora Deputada Gislaíne Lebrinha, que secretaria os trabalhos, que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. DEPUTADA LEBRINHA (Secretária ad hoc) - Não há matérias a serem apreciadas, Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações de Liderança. O Deputado Alex Redano está inscrito.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, Deputado Pedro Fernandes, cumprimentar aqui também todos os pares, todos Parlamentares aqui presentes.

E venho nessa tribuna, Senhor Presidente, para falar de Vossa Excelência, mesmo. Quero parabenizar pela ótima Audiência no Município de Cujubim. Uma Audiência muito produtiva, onde deu vez e voz a toda a comunidade do Soldado da Borracha. Foi realmente, uma Audiência marcante, uma Audiência extremamente emocionante, que nos emocionou ouvindo o relato daquela comunidade.

É mais do que justa a nossa luta em prol da regularização fundiária do Soldado da Borracha e das demais unidades, que são consideradas reservas, mas na verdade, só se for reserva de pastagem, reserva de lavoura porque é uma região muito produtiva; são centenas de pequenas propriedades que fomentam toda a economia da região.

Então, quero aqui enaltecer o trabalho desse grande deputado, o Deputado Pedro Fernandes, por essa, e também demais audiências, demais andamentos do seu mandato. Meus parabéns.

Esteve presente conosco também, a Deputada Lebrinha, e toda a comitiva da Assembleia Legislativa, os técnicos, agradecer a todos. Meu muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Agradecer nosso eterno presidente Deputado Alex Redano, e parabeniza-lo também, Deputado Alex, por todo esforço e por todo trabalho em defesa dessas pessoas que foram injustiçadas. E o senhor desde o seu primeiro mandato vem lutando por essa causa, parabéns.

Quero também lembrar, que a Deputada Dr^a Taíssa esteve junto conosco, ajudando lá, não é, Deputado Alex? O Deputado Lebrão fez coro conosco, Deputado Federal, naquela Audiência Pública mista, em que fizemos primeiro a Comissão Parlamentar de Inquérito - que foi muito produtiva.

Eu que agradeço, primeiramente a Deus, e a todos os nossos colegas, que juntos ficamos mais fortes, trabalhando unidos pela nossa região, principalmente, o Vale do Jamari - que é a nossa casa. Nós temos que estar unidos e ombreados junto com o Governo do Estado para poder achar uma solução legal e definitiva para toda a nossa população dessa região. Muito obrigado e

parabéns.

Encerrada a Ordem do Dia, agora passamos às Comunicações Parlamentares. Não havendo ninguém inscrito, damos por encerrada.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã dia 24 de abril, no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 59 minutos)